



**INSTITUTO
FEDERAL**
Ceará

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE)
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2026



T1206022N

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO - TAE CONTADOR

NOME

INSCRIÇÃO

Nível
SUPERIOR

Turno
TARDE

PROVA

01

Na Folha de Respostas,
no local indicado,
lembre-se de preencher
o Número da Prova!
O não preenchimento
levará à
desclassificação.

Material recebido

- ✓ Prezado(a) candidato(a), além deste Caderno de Questões com **sessenta questões objetivas**, você receberá a Folha de Respostas. Verifique se seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição estão corretos.
- ✓ Confira seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu.

Material a ser devolvido

- ✓ O único documento válido para a avaliação é a Folha de Respostas, a qual deve ser devolvida ao fiscal devidamente assinada no local destinado a esse fim.
- ✓ Na Folha de Respostas, os alvéolos devem ser preenchidos da seguinte maneira: ●
- ✓ Para todo e qualquer preenchimento, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

Duração da prova e permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 04 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, você estará liberado(a) para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, entretanto **NÃO** poderá se retirar da sala com qualquer tipo de anotação e/ou com o Caderno de Questões.
- ✓ **Você poderá levar o Caderno de Questões somente a partir dos últimos 30 (trinta) minutos que antecedem o término da prova.**
- ✓ Os(As) três últimos(as) candidatos(as) só poderão se retirar da sala juntos(as), após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.

Divulgação

- ✓ Os Cadernos de Questões e os Gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AACP**, no endereço eletrônico **www.institutoaacp.org.br**, conforme previsto em Edital.

***O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, neste Caderno e na Folha de Respostas incorrerá em sua eliminação.**



instituto aacp



Língua Portuguesa

Informação não é conhecimento: o paradoxo da era hiperconectada

Uma das características da modernidade líquida é a abundância informacional. Milhões de dados são produzidos a cada segundo e algoritmos nos fornecem conteúdo com base em nossas interações e gostos; nunca foi tão fácil acessar informação como hoje.

Porém, essa facilidade trouxe uma responsabilidade muitas vezes negligenciada: a de produzir conhecimento. Tornamo-nos uma sociedade muito bem informada, mas pobre em conhecimento. Refletir sobre as informações que adquirimos parece não ter mais espaço no cotidiano.

Informação e conhecimento são, portanto, distintos, ainda que relacionados. A informação se apresenta de forma bruta, desordenada e fragmentada, enquanto o conhecimento implica um processo de organização, interpretação e atribuição de sentido aos dados. Conhecer é um processo ativo, que exige reflexão e articulação entre diferentes experiências.

A internet, ao favorecer o acesso rápido e contínuo a conteúdos, muitas vezes impede que haja tempo para a assimilação e a reflexão. Assim, o consumo fragmentado de informações pode gerar apenas uma sensação de saber, sem que haja efetiva construção de conhecimento.

O mundo hiperconectado favorece a dispersão, não a contemplação. No entanto, sem reflexão, não há construção consistente do conhecimento. Aquele que se propõe a conhecer precisa adotar uma postura de humildade diante do saber. Ao construir o conhecimento, logo compreende que, quanto mais aprender, mais ainda há a ser treinado e compreendido.

E, assim, nasce o perigo: informação sem discernimento se torna ruído; conhecimento sem sabedoria se torna arrogância; e sabedoria sem ação se torna vaidade. Diante dessas profundas transformações na relação entre informação e conhecimento, e do impacto da modernidade e da tecnologia no processo cognitivo humano, o desafio não é mais *ter acesso* ao conhecimento, mas *formar pessoas que saibam o que fazer com ele*.

No fim das contas, o problema da era da informação não é a escassez de dados, mas sim a pobreza de critérios. E talvez o maior luxo da atual geração seja encontrar silêncio, tempo e disposição para pensar com profundidade.

Adaptado de: <https://medium.com/escola-classica/informacao-conhecimento-o-paradoxo-da-era-hiperconectada-8f90c44cee5a>. Acesso em: 23 fev. 2026.

1

Assinale a alternativa que sintetiza corretamente a tese defendida no texto.

- (A) A abundância de informações na sociedade contemporânea exige o abandono de métodos tradicionais de aprendizagem.
- (B) O acesso ampliado a informação torna desnecessários os processos de reflexão e interpretação no aprendizado.
- (C) A construção do conhecimento depende de processos reflexivos que vão além do simples acesso à informação.
- (D) O crescimento do acesso à internet tem reduzido o valor social do conhecimento na era digital.
- (E) A tecnologia digital tornou equivalentes os conceitos de informação e conhecimento.

2

Considerando a organização discursiva do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O texto apresenta predominância de sequências expositivas utilizadas para explicar os conceitos de informação e conhecimento, estruturando-se principalmente como texto de caráter informativo.
- (B) O texto configura-se como artigo de opinião, estruturado a partir de uma tese inicial, seguida de desenvolvimento argumentativo que articula sequências expositivas e culmina em uma síntese avaliativa do problema apresentado.
- (C) O texto é predominantemente narrativo, pois apresenta uma progressão temporal implícita na discussão sobre a evolução das formas de acesso à informação.
- (D) O texto apresenta organização injuntiva, na medida em que orienta o leitor a refletir sobre possíveis formas de adotar práticas específicas para transformar informação em conhecimento.
- (E) O texto apresenta predominância de sequências descritivas organizadas para explicar conceitos relacionados à informação na sociedade contemporânea, culminando no posicionamento avaliativo implícito.

3

Assinale a alternativa em que a reescrita do seguinte excerto mantém o sentido original: “Informação e conhecimento são, portanto, distintos, ainda que relacionados.”.

- (A) Informação e conhecimento são distintos, pois são relacionados.
- (B) Informação e conhecimento são distintos, embora relacionados.
- (C) Informação e conhecimento são distintos, porque são relacionados.
- (D) Informação e conhecimento são distintos, logo relacionados.
- (E) Informação e conhecimento são distintos e, por isso, relacionados.

4

Em “Informação e conhecimento são, portanto, distintos, ainda que relacionados.”, as expressões destacadas estabelecem, respectivamente, relação de

- (A) consequência e causa.
- (B) concessão e condição.
- (C) conclusão e concessão.
- (D) causa e conclusão.
- (E) explicação e concessão.

5

Considere o excerto:

“E, assim, nasce o perigo: informação sem discernimento se torna ruído; conhecimento sem sabedoria se torna arrogância; e sabedoria sem ação se torna vaidade.”.

Assinale a alternativa correta quanto à estrutura e à pontuação do período.

- (A) O uso do ponto e vírgula indica a presença de orações subordinadas que dependem sintaticamente da oração anterior.
- (B) O uso do ponto e vírgula entre as orações é inadequado, pois separa orações com o mesmo sujeito.
- (C) As orações após os dois-pontos são subordinadas à oração principal, exercendo função de complemento nominal de “perigo”.
- (D) O conectivo “e” antes da última oração é obrigatório, pois introduz oração subordinada conclusiva.
- (E) Os dois-pontos introduzem uma enumeração de orações coordenadas que explicam e desenvolvem a ideia de “perigo”.

6

Considere o seguinte excerto do texto:

“[...] o problema da era da informação não é a escassez de dados, mas sim a pobreza de critérios.”.

Assinale a alternativa em que a reescrita do trecho sublinhado mantém a correção gramatical quanto ao uso do acento indicativo de crase.

- (A) O problema da era da informação está associado à critérios empobrecidos.
- (B) O problema da era da informação não se reduz a pobreza de critérios.
- (C) O problema da era da informação está relacionado à pobreza de critérios.
- (D) O problema da era da informação não decorre à pobreza de critérios.
- (E) O problema da era da informação refere-se a pobreza de critérios.

7

Assinale a alternativa em que a reescrita do seguinte excerto mantém o sentido e a correção gramatical: “Conhecer é um processo ativo, que exige reflexão e articulação entre diferentes experiências.”.

- (A) Conhecer é um processo ativo, exigindo reflexão e articulação entre diferentes experiências.
- (B) Conhecer é um processo ativo, onde exigem-se reflexão e articulação entre diferentes experiências.
- (C) Conhecer é um processo ativo, os quais exigem-se reflexão e articulação entre diferentes experiências.
- (D) Conhecer é um processo ativo, de quem se exige reflexão e articulação entre diferentes experiências.
- (E) Conhecer é um processo ativo, a exigir-se reflexão e articulação entre diferentes experiências.

8

Assinale a alternativa em que a substituição realizada mantém o sentido do seguinte trecho: “[...] informação sem discernimento se torna ruído [...]”.

- (A) informação sem contexto se torna mal-entendido.
- (B) informação sem análise se torna erro.
- (C) informação sem conteúdo se torna erro.
- (D) informação sem acesso se torna ruído.
- (E) informação sem critério se torna ruído.

9

A respeito do seguinte excerto do texto, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

“Ao construir o conhecimento, logo compreende que, quanto mais aprender, mais ainda há a ser treinado e compreendido.”

- I. A expressão “ao construir o conhecimento” corresponde a uma oração subordinada adverbial reduzida de infinitivo com valor temporal.
- II. A estrutura “quanto mais..., mais...” estabelece relação de proporcionalidade entre as ideias apresentadas.
- III. A oração introduzida por “que” exerce função de sujeito do verbo “compreende”.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II.
- (D) Apenas III.
- (E) I, II e III.

10

Assinale a alternativa em que a reescrita do seguinte excerto mantém a correção gramatical e o sentido original, no que se refere à concordância verbal e nominal.

“O mundo hiperconectado favorece a dispersão, não a contemplação.”

- (A) A contemplação, e não a dispersão, é favorecida pelo mundo hiperconectado.
- (B) A contemplação, e não a dispersão, são igualmente favorecidas pelo mundo hiperconectado.
- (C) Favorece-se a contemplação, e não a dispersão, pelo mundo hiperconectado.
- (D) A dispersão, e não a contemplação, é favorecida pelo mundo hiperconectado.
- (E) Favorecem-se a dispersão, e não a contemplação, pelo mundo hiperconectado.

Legislação

11

Alberto é servidor público de determinado Instituto Federal, atuando na área administrativa, com jornada de 8 (oito) horas diária. Recentemente, passou em outro concurso para uma sociedade de economia mista, controlada indiretamente pelo Poder Público. Diante dessa situação, à luz da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que Alberto

- (A) poderá acumular, ainda que remuneradamente, os cargos no Instituto Federal e na sociedade de economia mista.
- (B) deverá demonstrar a compatibilidade de horários para que a acumulação dos cargos seja possível.
- (C) não pode acumular os cargos. Embora a Constituição Federal não vede a acumulação de cargo público com outro cargo em sociedade de economia mista, no caso em questão não haverá compatibilidade de horários, devido à jornada do atual cargo.
- (D) não poderá acumular remuneradamente o cargo no Instituto Federal com o cargo para o qual foi aprovado na sociedade de economia mista.
- (E) poderá acumular os cargos, tendo em vista a ressalva das regras de acumulação de cargos para as sociedades de economia mista controladas indiretamente pelo Poder Público.

12

Sobre o regime próprio de previdência social dos servidores, na forma disciplinada pela Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) O servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.
- (B) O servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de quinze anos de efetivo exercício no serviço público e dez anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- (C) O servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.
- (D) O servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- (E) O servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado compulsoriamente, com proventos integrais aos 70 (setenta) anos de idade.

13

Helena prestou concurso público, foi aprovada e devidamente nomeada para cargo efetivo no serviço público. Decorridos três anos de efetivo exercício, teve reconhecida a estabilidade, com avaliação especial de desempenho realizada por comissão instituída para essa finalidade. Meses após, foi demitida por insuficiência de desempenho, com fundamento em regulamento interno do órgão que instituiu avaliação periódica anual, assegurando contraditório e ampla defesa, mas sem lei complementar disciplinando o tema. Ela questionou o ato judicialmente, mas ficou sabendo que, após seu afastamento do cargo, sua vaga havia sido ocupada por Fátima, também servidora estável. Diante dessas ocorrências, à luz da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que a demissão de Helena

- (A) é válida, pois a ampla defesa foi assegurada e a Constituição não exige lei complementar para avaliação periódica de desempenho.
- (B) é inválida, devendo essa servidora ser reconduzida ao cargo de origem, e Fátima deve ser reintegrada ao cargo de origem, com direito à indenização, tendo em vista ser estável.
- (C) é inválida, isso porque, por ser estável, essa servidora só poderia perder o cargo mediante sentença judicial transitada em julgado, devendo retornar ao cargo de origem.
- (D) é válida, baseada em regulamento interno do órgão que instituiu avaliação periódica anual, sendo suficiente a previsão em lei ordinária para a avaliação periódica.
- (E) é inválida, devendo essa servidora ser reintegrada ao cargo de origem, e Fátima, por ser estável, ser reconduzida ao cargo de origem sem direito à indenização.

14

Em relação à aposentadoria dos servidores públicos, na forma do texto da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

- (A) se aplica ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.
- (B) observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo, o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, ao valor de 50% de sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.
- (C) é permitida a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento.
- (D) os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade.
- (E) poderão ser estabelecidos, mediante lei ordinária do respectivo ente federativo, idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos à avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

15

Fernanda é servidora pública da União, sujeita, portanto, às regras da Lei nº 8.112/1990, que estabelece o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Em certa ocasião, Fernanda cometeu uma infração disciplinar, sujeita à penalidade de advertência. Diante dessa situação, é correto afirmar que a autoridade que irá instaurar o processo disciplinar

- (A) não poderá determinar o afastamento preventivo de Fernanda, tendo em vista que a infração é sujeita à penalidade de advertência.
- (B) poderá determinar o afastamento preventivo de Fernanda, desde que seja demonstrado dolo na ação e pelo prazo máximo de 30 dias, sem prejuízo da remuneração.
- (C) poderá determinar o afastamento preventivo de Fernanda, desde que seja demonstrado dolo na ação e pelo prazo máximo de 60 dias, sem possibilidade de prorrogação, com prejuízo da sua remuneração.
- (D) não poderá determinar o afastamento preventivo de Fernanda, isso porque, além da finalidade de evitar que a servidora influencie na apuração da irregularidade, a lei exige a demonstração de ato abusivo, o que não restou narrado no enunciado.
- (E) poderá determinar o afastamento preventivo de Fernanda, pelo prazo de até 60 dias, sem prejuízo da remuneração, visando evitar que a servidora influencie na apuração da irregularidade.

16

Na forma da Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa correta acerca das disposições sobre as vantagens e as indenizações que podem ser pagas aos servidores.

- (A) Constituem indenizações ao servidor: ajuda de custo, diárias e transporte, sendo vedado o pagamento de auxílio moradia.
- (B) A lei veda a incorporação das gratificações e dos adicionais ao vencimento ou provento do servidor.
- (C) Para o pagamento da indenização na modalidade diária, o servidor faz jus ao recebimento, ainda que pendente regulamento dispondo sobre os valores e as condições para concessão da referida indenização.
- (D) As vantagens pecuniárias poderão ser computadas, para efeito de concessão de outros acréscimos pecuniários ulteriores, ainda que sob o mesmo título ou idêntico fundamento.
- (E) Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor, a título de vantagens, indenizações, gratificações e adicionais.

17

José, na qualidade de servidor público efetivo, em exercício em determinado Instituto Federal de Ensino, vem atuando de forma desidiosa no serviço público. Diante desse fato, foi determinada a instauração de processo administrativo disciplinar contra José. À luz das disposições da Lei nº 8.112/1990, qual é a penalidade prevista para o fato apurado no processo disciplinar?

- (A) Advertência.
- (B) Suspensão, por no máximo noventa dias.
- (C) Demissão.
- (D) Destituição de cargo.
- (E) Suspensão, por no máximo sessenta dias.

18

Além do vencimento e das vantagens previstas na Lei nº 8.112/1990, serão deferidos aos servidores as seguintes retribuições, gratificações e adicionais, EXCETO

- (A) gratificação por encargo de curso ou concurso.
- (B) adicional por tempo de serviço.
- (C) gratificação natalina.
- (D) adicional pela prestação de serviço extraordinário.
- (E) adicional de férias.

19

Acerca da desistência e de casos de extinção dos atos administrativos, na forma da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Havendo vários interessados, a desistência apresentada por um deles se estende aos demais, tendo em vista a comunicabilidade dos interesses.
- (B) A extinção do processo administrativo por perda superveniente do objeto depende de requerimento expresso de todas as partes interessadas, sob pena de violação ao contraditório.
- (C) Quando houver vários interessados, a renúncia apresentada por um deles se estende aos demais, ainda que os outros não tenham anuído expressamente.
- (D) A desistência do interessado no processo administrativo não importa imediata extinção do processo, considerando que a Administração pode determinar o prosseguimento, se o interesse público assim exigir.
- (E) O órgão competente não poderá declarar extinto o processo quando prejudicado por fato superveniente, considerando a necessidade de decidir o mérito da situação controversa e a finalidade pública da decisão.

20

Nos termos da Lei nº 9.784/1999, quanto à instrução dos processos administrativos, é correto afirmar que

- (A) em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.
- (B) finalizada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de cinco dias, vedada a estipulação de prazo diverso.
- (C) os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de cinco dias, mencionando-se data, hora e local de realização.
- (D) nos casos em que deva ser emitido parecer obrigatório e não vinculante, a sua não apresentação impedirá o prosseguimento e a decisão do processo.
- (E) os órgãos e as entidades administrativas deverão estabelecer outros meios de participação de administrados, diretamente ou por meio de organizações e associações legalmente reconhecidas.

21

Sobre as regras previstas no Decreto nº 1.171/1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.
- () Os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia da vida privada do servidor público não podem crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.
- () Toda ausência do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.
- () O elemento ético sempre deve ser prezado pelo servidor público em sua conduta funcional.

- (A) F – F – V – V.
- (B) V – F – F – V.
- (C) F – V – V – F.
- (D) V – V – F – V.
- (E) V – V – F – F.

22

A Lei nº 11.892/2008 institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Na forma da citada lei, a constituição do patrimônio de cada um dos novos Institutos Federais se dará, EXCETO

- (A) pelas doações que vier a receber.
- (B) pelos bens e direitos que vier a adquirir.
- (C) pelas incorporações que resultem de serviços prestados pela instituição.
- (D) pela incorporação com reserva dos bens das instituições que o integram.
- (E) pelos legados que vier a receber.

23

Ivo é servidor efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos em uma instituição de ensino submetida à Lei nº 11.892/2008 e pretende se candidatar ao cargo de Diretor-Geral do *campus* onde atua. À luz da Lei nº 11.892/2008, é correto afirmar que

- (A) Ivo não poderá se candidatar, isso porque a função de Diretor-Geral é exclusiva para ocupantes do cargo de docente.
- (B) Ivo pode se candidatar se possuir no mínimo cinco anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e cumprir os demais requisitos legais.
- (C) Ivo não poderá se candidatar, tendo em vista que, além de restrita aos docentes, a função de Diretor-Geral é suprida mediante indicação do Reitor da instituição de ensino.
- (D) Ivo poderá se candidatar, no entanto a comprovação de realização de curso de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da administração pública é obrigatória.
- (E) Ivo deverá demonstrar que possui os requisitos exigidos para candidatura ao cargo de Reitor e o exercício por no mínimo dois anos em cargo ou gestão na instituição.

24

No que concerne ao plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira submetido à Lei nº 11.091/2005, assinale a alternativa correta.

- (A) Cada Instituição Federal de Ensino disporá do prazo de cento e vinte dias para elaborar o plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira, contados da publicação da lei citada no enunciado.
- (B) O plano de desenvolvimento deverá conter no mínimo o dimensionamento das necessidades institucionais e o programa de avaliação de desempenho.
- (C) O plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira será elaborado com base em diretrizes nacionais estabelecidas em regulamento, no prazo de cem dias, a contar da publicação da Lei nº 11.091/2005.
- (D) A partir da publicação da Lei nº 11.091/2005, as Instituições Federais de Ensino dispõem de noventa dias para a formulação do plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira.
- (E) O plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira será elaborado por cada Instituição Federal de Ensino, ainda que inexistam diretrizes nacionais estabelecidas em regulamento.

25

Ester é servidora pública federal e, sob a justificativa da necessidade de ajustamento do quadro de pessoal às necessidades do serviço, foi redistribuída para outra Instituição Federal de Ensino, antes da publicação da Lei nº 11.091/2005. Diante desse fato, considerando as disposições da citada lei, é correto afirmar que Ester deve ser enquadrada no respectivo Plano de Carreira no prazo de

- (A) noventa dias, contados da data da publicação da Lei nº 11.091/2005.
- (B) sessenta dias, contados da data da publicação da tabela de correção.
- (C) noventa dias, contados da data da publicação da tabela de correção.
- (D) noventa dias, contados da data da publicação da matriz hierárquica.
- (E) cento e vinte dias, contados da data da publicação da Lei nº 11.091/2005.

Conhecimentos Específicos

26

O contador do IFCE montou uma planilha para rateio de custos do órgão. Ele precisa copiar uma fórmula para várias linhas, mas quer fixar a referência da célula onde está o fator de ajuste (célula A1) para as demais. Qual alternativa descreve corretamente como o Excel trata as referências ao copiar fórmulas?

- (A) A referência relativa muda ao copiar a fórmula, e a referência absoluta permanece fixa com o uso do cifrão \$.
- (B) A referência absoluta muda ao copiar a fórmula e a referência relativa permanece fixa com o uso do cifrão \$.
- (C) A referência mista impede qualquer mudança ao copiar a fórmula, mesmo sem o uso do cifrão \$.
- (D) As referências relativa e absoluta mudam sempre ao copiar uma fórmula, pois dependem do formato da célula.
- (E) A referência absoluta só funciona quando a fórmula usa uma função, como SOMA ou SE.

27

Um servidor do setor contábil precisa enviar um e-mail para vários campi do IFCE, mas quer que os destinatários não vejam quem mais estava na lista da mensagem. Qual campo do e-mail deve ser utilizado?

- (A) Para
- (B) De
- (C) Cc
- (D) Cco
- (E) Assunto

28

Uma equipe do IFCE está automatizando, no Excel, uma regra de fórmula simples para concessão de desconto em compras. A regra da fórmula é:

“Conceder desconto quando a compra for à vista ou tiver valor acima de R\$ 10.000”.

Para representar essa estrutura de decisão em uma única fórmula, qual função lógica do Excel é a mais adequada?

- (A) E
- (B) OU
- (C) PROCV
- (D) PROCH
- (E) SOMA

29

No setor de contabilidade de um instituto federal, um servidor recebeu um e-mail com um anexo de extensão desconhecida, supostamente contendo um “Relatório de Auditoria Urgente”. O remetente não é identificado nos contatos habituais da instituição. De acordo com as boas práticas de segurança da informação e prevenção a ataques de engenharia social, assinale a alternativa que apresenta a conduta mais adequada para mitigar o risco de infecção por malware.

- (A) Validar a autenticidade da solicitação por um canal de comunicação oficial e alternativo ao e-mail; persistindo a dúvida sobre a integridade do arquivo, abster-se de abri-lo e reportar o incidente imediatamente à equipe de segurança da tecnologia da informação.
- (B) Proceder à abertura do anexo apenas em uma estação de trabalho que não esteja conectada à rede corporativa e, caso o sistema não apresente comportamentos anômalos após alguns minutos, realizar a transferência do conteúdo para o computador de uso diário.
- (C) Baixar o arquivo no diretório local e submetê-lo à varredura de um software antivírus corporativo atualizado, partindo do princípio de que a ausência de alertas por ferramentas de detecção por assinatura garante a inocuidade do anexo.
- (D) Responder ao e-mail recebido, solicitando que o remetente confirme sua identidade funcional e reenvie o documento em um formato padrão de mercado (como .pdf ou .docx), visando converter possíveis scripts maliciosos em conteúdo estático seguro.
- (E) Encaminhar a mensagem integralmente para os demais servidores da unidade administrativa para uma verificação coletiva da procedência, visando estabelecer um consenso sobre a confiabilidade do arquivo antes de qualquer tentativa de abertura.

30

O IFCE está em processo de seleção de uma solução tecnológica para o setor contábil, destinada à consolidação e ao envio de informações fiscais. A administração avalia duas arquiteturas de sistema:

1. **Arquitetura Local (Desktop):** processamento e armazenamento de dados em servidores físicos da própria unidade.
2. **Arquitetura em Nuvem (SaaS/Web):** acesso via navegador com armazenamento em infraestrutura de provedor externo.

A necessidade estratégica é viabilizar o acesso remoto controlado para servidores de diferentes campi durante os períodos críticos de fechamento contábil, garantindo a rastreabilidade das operações e a disponibilidade do serviço. Com base nas boas práticas de segurança e governança, nesse caso, deve-se

- (A) optar pela arquitetura local (desktop), sob o argumento de que o armazenamento externo elimina intrinsecamente os riscos de invasão externa e garante a disponibilidade total dos dados, independentemente da estabilidade da conexão de rede.
- (B) optar pela arquitetura local (desktop), sob o argumento de que o armazenamento interno elimina intrinsecamente os riscos de invasão externa e garante a disponibilidade total dos dados, independentemente da estabilidade da conexão de rede.
- (C) avaliar a solução em nuvem (web) mediante a validação de requisitos de autenticação multifator, níveis de criptografia, trilhas de auditoria (rastreabilidade) e Acordos de Nível de Serviço (SLA), comparando-os à viabilidade técnica de manter uma infraestrutura local segura.
- (D) priorizar a plataforma em nuvem exclusivamente na hipótese de a instituição não possuir corpo técnico contábil próprio, visto que a arquitetura web é tecnicamente recomendada apenas para entidades com baixa maturidade em processos fiscais.
- (E) escolher a versão desktop e habilitar o acesso remoto via internet para qualquer estação de trabalho externa, utilizando apenas protocolos de autenticação simples (usuário e senha), para simplificar a usabilidade e reduzir custos de infraestrutura.

31

Após um incidente crítico que resultou na indisponibilidade dos servidores do IFCE, a administração institucional quer evitar perda irreversível de informações institucionais e reduzir o tempo de retomada dos serviços, incluindo pastas compartilhadas e um sistema com base de dados. De acordo com as melhores práticas de Segurança da Informação, a medida mais adequada é

- (A) manter cópia única no servidor local, pois facilita o acesso rápido e reduz a complexidade operacional no dia a dia.
- (B) adotar procedimento de contingência com backup da base e das pastas, armazenado fora do prédio, com restauração periódica.
- (C) fazer cópia anual em mídia removível, guardada no mesmo setor, porque isso já reduz bastante o risco.
- (D) confiar na proteção do antivírus das estações, porque ele impede que falhas e incidentes afetem os arquivos.
- (E) evitar cópias redundantes e replicação, pois isso sempre aumenta a inconsistência e expõe mais pontos de acesso.

32

Um fornecedor de materiais para o IFCE concedeu um prazo de 3 meses para o pagamento de uma fatura no valor nominal de R\$ 5.000. Como condição para o parcelamento, foi estabelecida a incidência de uma taxa de juros simples de 2% ao mês. Com base no regime de capitalização simples, qual é o montante total de juros acumulado ao final do período?

- (A) R\$ 100.
- (B) R\$ 200.
- (C) R\$ 300.
- (D) R\$ 500.
- (E) R\$ 600.

33

No cálculo de operações financeiras, é necessário converter a taxa de juros expressa em forma centesimal (percentual) para a sua forma unitária antes da inserção em fórmulas matemáticas de capitalização. Considerando uma taxa de juros de 1,5% ao mês, assinale a alternativa que apresenta corretamente o valor da taxa unitária (t) e a lógica da conversão.

- (A) 0,015, pois a conversão é feita dividindo a taxa percentual por 100.
- (B) 0,150, pois a taxa mensal deve ser multiplicada por 10 na forma unitária.
- (C) 1,500, pois a taxa mensal já está em forma pronta para uso em fórmulas.
- (D) 0,0015, pois a taxa deve ser dividida por 1.000 para virar forma unitária.
- (E) 15,00, pois taxas percentuais viram números inteiros no momento do cálculo.

34

O IFCE analisa uma proposta de aplicação financeira que apresenta uma taxa nominal de 24% a.a., com periodicidade de capitalização mensal. Para fins de comparabilidade com outras opções de investimento que utilizam diferentes períodos de capitalização, a equipe técnica deve calcular a taxa efetiva anual correspondente. Com base no regime de capitalização composta, assinale a alternativa que apresenta o valor correto da taxa efetiva anual e a lógica de seu cálculo.

- (A) 24,00% a.a., pois a taxa nominal e a efetiva anual são sempre iguais.
- (B) 24,50% a.a., pois a capitalização mensal adiciona meio ponto percentual à capitalização anual.
- (C) 26,82% a.a., pois a taxa efetiva anual é obtida pela capitalização composta da taxa periódica de 2% a.m.
- (D) 28,80% a.a., pois a efetiva anual é a taxa mensal multiplicada por 12.
- (E) 30,12% a.a., pois a taxa efetiva anual cresce sempre dois pontos acima da taxa nominal.

35

O setor financeiro do IFCE analisa duas alternativas exclusivas para a liquidação de um passivo institucional. O custo de oportunidade da instituição (taxa de desconto) é de 2% ao mês, operando sob o regime de juros compostos. As opções disponíveis para o fluxo de caixa são:

Opção 1: desembolso imediato ($t = 0$) no valor nominal de R\$ 10.000.

Opção 2: pagamento postergado para o final do terceiro mês ($t = 3$) no valor nominal de R\$ 10.600.

Considerando o conceito de valor do dinheiro no tempo, assinale a alternativa que apresenta a opção com o menor Valor Presente e a respectiva justificativa técnica.

- (A) Desembolso imediato, pois qualquer valor futuro sempre vale menos do que valor atual.
- (B) Pagar no final do terceiro mês, pois o valor presente de R\$ 10.600 descontado por uma taxa de juros fica abaixo de R\$ 10.000.
- (C) Pagar à vista, pois o custo adicional nominal de R\$ 600 representa uma taxa de juros superior ao rendimento de mercado disponível no período.
- (D) Pagar em 3 meses, pois o valor presente do montante de R\$ 10.600 é superior ao valor à vista de R\$ 10.000.
- (E) Tanto faz, pois em prazo curto o valor presente é igual ao valor nominal do título.

36

Uma instituição financeira busca determinar a equivalência entre diferentes períodos de capitalização. Diante de uma taxa efetiva anual de 26%, qual é a taxa efetiva mensal equivalente, considerando o regime de juros compostos?

- (A) 2,1667% ao mês, referente à taxa proporcional simples.
- (B) 2,0000% ao mês, referente à taxa média aproximada.
- (C) 1,9446% ao mês, referente à taxa efetiva equivalente.
- (D) 1,7500% ao mês, referente à taxa de desconto linear.
- (E) 2,6000% ao mês, referente à manutenção do valor nominal.

37

O IFCE possui um título de crédito com valor nominal de R\$ 50.000 e vencimento em 4 meses. Com o objetivo de capitalização imediata, a instituição opta pela antecipação do título junto a um banco que opera com a modalidade de desconto comercial simples (por fora) a uma taxa de 3% ao mês. Considerando exclusivamente essas informações, o valor líquido a ser recebido pelo IFCE na operação é

- (A) R\$ 44.000, correspondente ao valor nominal deduzido do desconto comercial, calculado sobre o montante de face e o tempo de antecipação.
- (B) R\$ 46.000, resultante da aplicação indevida da taxa de desconto sobre o valor atual (racional) em vez do valor nominal do título.
- (C) R\$ 47.000, fundamentado no erro conceitual de aplicar a taxa mensal de 3% uma única vez, independentemente do prazo de 4 meses.
- (D) R\$ 48.500, decorrente da desconsideração do prazo da operação, calculando o desconto sobre apenas um período mensal.
- (E) R\$ 50.000, sob a premissa incorreta de que o regime de desconto comercial simples não gera encargos financeiros sobre o valor nominal.

38

No IFCE, um servidor recém-lotado na Coordenadoria de Contabilidade tentou realizar o primeiro acesso ao sistema Tesouro Gerencial. Ao utilizar as mesmas credenciais (CPF e senha) do SIAFI Web, o acesso foi negado pelo sistema. Com base nas normas de segurança, nos perfis de acesso e na periodicidade de atualização das informações nos sistemas estruturantes do Governo Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O acesso é livre para qualquer usuário do SIAFI Web, e a base de dados é do próprio dia.
- (B) O acesso requer a habilitação de perfil específico e os dados refletem as informações processadas até o último dia útil (D-1).
- (C) O acesso exige certificado digital, e os dados são em tempo real.
- (D) O acesso exige e-mail institucional, e os dados são atualizados a cada hora.
- (E) O acesso é restrito à rede interna do órgão (VPN).

39

Considerando a estrutura de construção de relatórios no sistema Tesouro Gerencial, assinale a alternativa que descreve corretamente a função de cada componente nessa ferramenta.

- (A) O Filtro determina o detalhamento visual das células; a Linha delimita o escopo global da consulta; e a Coluna define a métrica de cálculo final.
- (B) O Filtro restringe o universo de dados (escopo); as Linhas e Colunas (atributos) organizam a disposição dos dados; e a Métrica define os valores numéricos a serem calculados.
- (C) O Filtro seleciona o tipo de valor monetário; a Linha identifica as contas contábeis; a Coluna define a periodicidade; e a Métrica delimita o escopo da pesquisa.
- (D) O Filtro organiza a estética da apresentação; a Linha define a natureza do valor; a Coluna atua como limitador de busca; e a Métrica gerencia a ordenação das páginas.
- (E) O Filtro é um recurso exclusivo para visualização de impressão; a Linha gerencia a navegação entre sistemas; a Coluna valida as credenciais de acesso; e a Métrica possui função meramente descritiva.

40

Com a convergência do registro de documentos para o ambiente SIAFI Web, o sistema Tesouro Gerencial passou a disponibilizar novos atributos referentes à Nota de Empenho (NE). Esses campos permitem o acompanhamento detalhado do fluxo de assinaturas e a segregação de responsabilidades. Considerando esses atributos, assinale a alternativa que relaciona corretamente o campo com sua finalidade.

- (A) O atributo 'Status da Assinatura' da NE é utilizado para identificar nominalmente o Gestor Financeiro que autorizou a emissão do documento.
- (B) O campo 'Ordenador de Despesa' possui a finalidade exclusiva de monitorar se o documento se encontra na fase de rascunho ou se já possui validade jurídica.
- (C) O campo 'Gestor Financeiro' identifica o agente público que realizou a autorização do documento na condição de titular ou substituto dessa função no fluxo de assinaturas.
- (D) O atributo 'Responsável pela NE' indica, obrigatoriamente, que o agente que emitiu o documento detém a competência legal de Ordenador de Despesa da Unidade Gestora.
- (E) O campo 'Responsável pela NE' atua como substituto do campo "Favorecido", eliminando a necessidade de assinaturas eletrônicas para a conformidade do registro.

41

Após o processamento dos eventos periódicos via eSocial e EFD-Reinf, o setor de contabilidade de um instituto de educação acessou o ambiente da DCTFWeb para a finalização do ciclo de conformidade. Sobre as características e as funcionalidades dessa obrigação acessória, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de um relatório informativo de caráter interno, desprovido de efeito fiscal e que não possibilita a geração de guias de recolhimento.
- (B) Constitui uma declaração que formaliza a confissão de dívida e possibilita a emissão do documento de arrecadação unificado.
- (C) Funciona como um cadastro de periodicidade anual que substitui a inscrição no CNPJ e dispensa a necessidade de outras escriturações digitais.
- (D) Define-se como uma planilha de preenchimento facultativo, destinada exclusivamente à conferência de valores correntes pelo contribuinte.
- (E) Atua como um protocolo restrito de envio do eSocial, sendo vedada a consolidação de informações provenientes de outras bases de dados.

42

Uma unidade gestora do IFCE finalizou o lançamento dos eventos periódicos no eSocial e na EFD-Reinf. Ao acessar o portal da DCTFWeb, o operador observou que a declaração constava com o status “Em Andamento”. De acordo com o fluxo operacional estabelecido pela Receita Federal para a constituição do crédito tributário e arrecadação, para a conclusão do processo, deve-se

- (A) realizar a transmissão da DCTFWeb e, em ato contínuo, proceder com o envio dos eventos de fechamento das escriturações no eSocial.
- (B) finalizar o envio dos eventos de fechamento (S-1299 no eSocial e R-4099 na EFD-Reinf), acessar a declaração consolidada, transmitir e emitir o DARF Numerado.
- (C) efetuar a emissão e o pagamento do DARF de forma antecipada, postergando a transmissão da declaração apenas para casos de fiscalização ativa.
- (D) consolidar a transmissão apenas no ambiente do eSocial, visto que a DCTFWeb é alimentada automaticamente e dispensa a ação de transmissão manual para gerar a guia.
- (E) aguardar o prazo de vencimento do tributo para processar a transmissão, uma vez que a DCTFWeb só adquire validade jurídica após a confirmação bancária do pagamento.

43

O IFCE possui unidades gestoras (campi) inscritas no CNPJ na condição de filiais. No processo de implementação da DCTFWeb, a equipe técnica avaliou a responsabilidade pela prestação das informações e os requisitos de validade jurídica do documento. De acordo com as normas da Secretaria da Receita Federal do Brasil e do sistema Sped, assinale a alternativa correta.

- (A) A DCTFWeb deve ser apresentada de forma centralizada pelo estabelecimento matriz, consolidando as informações de todas as unidades gestoras (filiais).
- (B) As unidades gestoras inscritas como filiais possuem autonomia para apresentar DCTFWeb individualizada, sendo a entrega obrigatoriamente validada por certificado digital.
- (C) A declaração é segmentada por campus, mas a administração pública direta goza de prerrogativa que dispensa a assinatura digital em qualquer circunstância.
- (D) O envio deve ser realizado por cada filial separadamente, sendo permitida a assinatura exclusivamente via conta gov.br (nível ouro), independentemente do volume de movimentação.
- (E) A responsabilidade pela entrega é exclusiva de cada unidade descentralizada, que deve encaminhar os dados por correio eletrônico à Receita Federal para a consolidação da guia.

44

Durante um período de elevado fluxo de liquidações, um campus do IFCE, na condição de unidade gestora que opera integralmente no Siafi Web, realizou o pagamento de uma prestação de serviços de pequeno valor. Ao processar as retenções tributárias, a equipe contábil verificou que o valor apurado para cada tributo, individualmente, resultou em montante inferior a R\$ 10. Considerando as normas da Secretaria da Receita Federal e as funcionalidades de arrecadação via Darf Eletrônico no Siafi Web, assinale a alternativa que apresenta a conduta correta.

- (A) Dispensar todas as retenções quando cada tributo ficar abaixo de R\$ 10, sem exceções.
- (B) Efetuar as retenções e o recolhimento via Darf eletrônico no Siafi Web, mesmo abaixo de R\$ 10.
- (C) Somar os tributos até atingir R\$ 10 e reter apenas quando o total ultrapassar esse valor.
- (D) Dispensar a retenção e registrar apenas o controle interno, deixando o recolhimento para a empresa.
- (E) Glosar o pagamento e exigir nota fiscal substituta, de modo a garantir que as retenções superem R\$ 10.

45

Uma unidade gestora de determinado instituto federal executa o pagamento a uma pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral. De acordo com a sistemática de retenção na fonte estabelecida para os órgãos da Administração Pública Federal Direta, Autarquias e Fundações (Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012), qual conjunto de tributos federais deve ser retido e recolhido de forma agregada, mediante a aplicação das alíquotas previstas na legislação vigente?

- (A) Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), COFINS e Contribuição para o PIS/Pasep.
- (B) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto de Importação (II), COFINS e Contribuição Previdenciária Patronal.
- (C) Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Previdenciária (INSS), FGTS e Contribuição para o PIS/Pasep.
- (D) Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Sindical, COFINS e Contribuição Previdenciária (INSS).
- (E) Imposto sobre a Renda (IR), Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Contribuição Previdenciária (INSS).

46

Durante o encerramento do exercício financeiro, a Auditoria Interna de um Instituto Federal realizou uma fiscalização sobre a execução de contratos de serviços continuados. Na fase de execução (campo), a equipe identificou inconformidades em registros e medições de serviços. Para sustentar as constatações e assegurar a rastreabilidade dos achados, a equipe deve observar as normas de documentação de auditoria. Assinale a alternativa que apresenta a conduta correta para garantir a consistência do trabalho.

- (A) Registrar apenas conclusões genéricas e sintéticas, postergando o detalhamento das evidências para uma eventual fase de diligência externa.
- (B) Elaborar papéis de trabalho que contenham o registro dos fatos, a descrição dos testes realizados, as evidências coletadas e as conclusões, de modo a fundamentar o relatório final.
- (C) Substituir a coleta formal de evidências documentais por entrevistas informais com os fiscais do contrato, visando à celeridade processual e à redução de custos operacionais.
- (D) Encerrar a verificação imediatamente após a identificação das primeiras falhas, uma vez que a responsabilidade pela produção de provas e correções é exclusiva da unidade auditada.
- (E) Emitir relatório preliminar, independentemente da robustez das evidências, com o objetivo restrito de alerta preventivo à gestão.

47

Um Instituto Federal foi citado em processo administrativo para apuração de suposto dano ao erário decorrente de irregularidades em medições e pagamentos contratuais. A autoridade instauradora determinou a realização de uma perícia contábil e manifestou a intenção de nomear, como perito responsável pelo laudo, um contador do quadro de servidores que atuou diretamente na fase de conferência e liquidação das despesas do referido contrato. Diante das normas que regem a conduta do perito e o exercício da perícia contábil, a conduta correta desse perito é

- (A) aceitar a nomeação sem restrições, fundamentando que a condição de servidor público estatutário elimina riscos de conflito de interesse.
- (B) avaliar a existência de situações de impedimento ou suspeição e, constatada a ausência de isenção por ter atuado na execução do objeto, declarar-se impedido e solicitar a substituição formal.
- (C) aceitar o encargo, desde que o laudo pericial seja restrito estritamente a cálculos aritméticos, visto que a natureza quantitativa da prova dispensa o requisito de independência profissional.
- (D) aceitar a indicação, sob a condição de que o laudo seja assinado em conjunto com a equipe técnica da unidade, visando à diluição da responsabilidade civil e funcional sobre as conclusões.
- (E) recusar a nomeação de forma peremptória, sob o argumento de que a perícia contábil no setor público é atividade privativa de profissionais externos ou de órgãos de controle externo.

48

A contadora de um instituto federal, designada para compor a comissão de recebimento de bens, mantém paralelamente relação profissional privada com uma empresa que participa de certames licitatórios no mesmo *campus*. Um representante dessa empresa oferece-lhe um presente e solicita o acesso antecipado a informações sigilosas sobre o julgamento de propostas, sob o pretexto de agilizar os trâmites processuais. Com base estritamente na NBC PG 01 (Código de Ética Profissional do Contador), assinale a alternativa que apresenta a conduta correta diante dessa situação.

- (A) Aceitar a gratificação, desde que o valor seja considerado módico (abaixo de R\$ 100), e fornecer a informação de forma verbal, sem o registro de documentos oficiais.
- (B) Recusar a vantagem oferecida, preservar o sigilo das informações e comunicar formalmente a situação, uma vez que o contador deve identificar e aplicar salvaguardas contra ameaças ao cumprimento dos princípios éticos.
- (C) Aceitar a cortesia comercial e condicionar a entrega das informações ao período posterior à homologação, visando conciliar os interesses da empresa cliente com os do órgão público.
- (D) Compartilhar as informações privilegiadas exclusivamente com a empresa parceira, sob a justificativa ética de garantir a continuidade operacional e a eficiência dos serviços prestados ao Instituto.
- (E) Receber o favorecimento e manifestar impedimento técnico apenas mediante provocação formal de terceiros, pois a presunção de zelo profissional dispensa a autodeclaração de suspeição.

49

No âmbito de um Instituto Federal, a contabilidade desempenha papel estratégico na gestão dos recursos públicos e na transparência administrativa. Considerando o objeto, o objetivo e as funções da contabilidade no setor público, sua finalidade principal é

- (A) realizar o registro de atos e fatos administrativos com o propósito exclusivo de atender a fiscalizações externas, prescindindo do suporte à tomada de decisão ou ao controle social.
- (B) fornecer informações úteis sobre o patrimônio e suas variações para usuários internos e externos, apoiando o controle, a tomada de decisão e a prestação de contas (*accountability*).
- (C) elaborar demonstrativos contábeis de caráter obrigatório, dispensando a sistemática de registros cronológicos e a segregação de contas patrimoniais e orçamentárias.
- (D) concentrar o escopo informacional na apuração estrita de tributos e encargos sociais, sendo esta a finalidade precípua da contabilidade para as autarquias federais.
- (E) mensurar o desempenho institucional baseando-se unicamente em indicadores de metas físicas, considerando a mensuração em valores monetários como um elemento facultativo.

50

Uma Pró-Reitoria do IFCE solicitou a padronização dos registros contábeis relativos a diferentes naturezas de despesa e aquisições patrimoniais. O contador da instituição recomendou a estrita observância ao plano de contas estruturado, visando à compatibilidade com os sistemas de relatórios e controles governamentais. Considerando as normas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), assinale a alternativa correta quanto ao PCASP.

- (A) Constitui uma listagem de títulos contábeis, sem hierarquia rígida, cuja aplicação é definida por cada Unidade Gestora conforme critérios de conveniência.
- (B) Consiste em uma estrutura padronizada que organiza as contas por classes e níveis, permitindo a uniformidade dos registros, a consolidação das contas nacionais e a extração de relatórios fidedignos.
- (C) Define-se como um demonstrativo mensal de execução orçamentária que dispensa a escrituração sistemática de atos e fatos patrimoniais.
- (D) Atua como um formulário de emissão de empenhos, com finalidade restrita ao controle do fluxo de caixa e da programação financeira do exercício.
- (E) Configura-se como uma estrutura gerencial de fornecedores e prestadores de serviços, utilizada primordialmente para o processamento de pagamentos e de retenções de tributos federais.

51

No âmbito do controle patrimonial do IFCE, a mensuração pós-reconhecimento dos elementos do ativo não circulante deve observar os critérios de redução de valor devido ao uso, à obsolescência ou à exaustão. Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), quanto ao exposto, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A depreciação consiste na alocação sistemática do valor depreciável de um ativo imobilizado (tangível) ao longo de sua vida útil estimada.
- (B) A amortização aplica-se aos ativos intangíveis com vida útil definida, refletindo a redução do valor do direito ou benefício econômico ao longo do tempo.
- (C) A exaustão corresponde à redução do valor de ativos decorrentes da exploração de recursos minerais ou florestais, sendo aplicada quando o potencial de geração de benefícios se esgota.
- (D) O valor depreciável de um ativo é determinado pela diferença entre o seu custo de aquisição (ou valor reavaliado) e o seu valor residual estimado.
- (E) O reconhecimento da amortização de um ativo intangível deve ser iniciado somente quando o ativo não estiver mais disponível para uso ou quando o benefício econômico cessar.

52

No âmbito de um Instituto Federal, o registro e o controle dos atos e dos fatos administrativos devem proporcionar uma visão integrada dos subsistemas contábeis, garantindo a padronização e o suporte à prestação de contas (*accountability*). De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), para alcançar essa integração deve-se

- (A) realizar o registro simplificado com foco exclusivo na execução financeira (pagamentos), visto que o fluxo de caixa sintetiza integralmente a gestão pública.
- (B) centralizar os registros apenas no estágio do empenho, uma vez que a execução orçamentária substitui a necessidade de controles patrimoniais autônomos.
- (C) registrar os atos e os fatos de forma concomitante e organizada, permitindo a segregação e a análise dos dados por natureza da informação contábil (Orçamentária, Patrimonial e de Controle).
- (D) priorizar o registro das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), por serem as informações de maior relevância para o processo de tomada de decisão do gestor.
- (E) restringir a escrituração contábil aos fatos permutativos, uma vez que os fatos modificativos (receitas e despesas) são processados exclusivamente no subsistema orçamentário.

53

No processo de elaboração e consolidação da Lei Orçamentária Anual de um Instituto Federal, a equipe técnica deve estruturar as dotações orçamentárias utilizando classificações que permitam identificar, simultaneamente: a unidade administrativa responsável pela execução, a área de atuação governamental do gasto e o objeto ou categoria econômica do dispêndio. Diante do exposto, assinale a alternativa que apresenta respectivamente essas classificações.

- (A) Classificação Institucional, Classificação Funcional e Natureza da Despesa.
- (B) Classificação Econômica, Fonte de Recursos e Esfera Orçamentária.
- (C) Estrutura Programática, Fonte de Recursos e Categoria Econômica da Receita.
- (D) Classificação Funcional, Categoria Econômica e Origem da Receita.
- (E) Classificação Institucional, Categoria Econômica da Receita e Identificador de Resultado Primário.

54

No fluxo da receita pública de um Instituto Federal, a unidade gestora identifica créditos a receber que, após o esgotamento dos prazos para pagamento voluntário e dos procedimentos administrativos de cobrança, são encaminhados para inscrição formal como Dívida Ativa pela unidade jurídica competente. Com base nas normas de controle patrimonial e execução orçamentária, assinale a alternativa que define corretamente a natureza da Dívida Ativa.

- (A) Refere-se à receita pública já arrecadada e recolhida à conta única, gerando a baixa automática de obrigações no passivo circulante.
- (B) Constitui um crédito da fazenda pública, de natureza tributária ou não tributária, que, por não ter sido pago no vencimento, torna-se exigível e é inscrito para controle e cobrança.
- (C) Classifica-se como uma entrada de natureza extraorçamentária, uma vez que sua recuperação não integra as previsões da Lei Orçamentária Anual (LOA).
- (D) Representa uma receita meramente estimada, cujo reconhecimento contábil ocorre no momento da aprovação do orçamento anual pelo Poder Legislativo.
- (E) Caracteriza-se como um depósito de terceiros sob guarda do ente público, permanecendo registrado como um passivo financeiro.

55

O IFCE celebrou um contrato de manutenção predial com vigência de doze meses. No mês de março, após a efetiva prestação dos serviços, o fiscal do contrato realizou o atesto da fatura e encaminhou a documentação para o setor contábil. Para garantir a regularidade da execução orçamentária e financeira no Siafi, a Unidade Gestora deve observar a ordem cronológica e legal dos estágios da despesa. Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta e a condição indispensável para o fluxo de pagamento.

- (A) Pagamento, Liquidação e Empenho, sendo indispensável o planejamento na LDO, o qual é o estágio que autoriza a inversão dessas fases em casos de serviços contínuos.
- (B) Liquidação, Empenho e Pagamento, com a inscrição automática em Restos a Pagar Processados no momento do atesto do fiscal de contrato sendo indispensável.
- (C) Empenho, Liquidação e Pagamento, exigindo-se que a liquidação seja fundamentada em títulos e documentos comprobatórios do crédito e da prestação do serviço.
- (D) Empenho, Pagamento e Liquidação, uma vez que, em contratos de manutenção, o atesto do fiscal deve substituir legalmente a fase de liquidação da despesa.
- (E) Liquidação, Pagamento e Empenho, visto que a existência de contrato assinado dispensa necessariamente a emissão do empenho prévio para a realização da despesa.

56

A transparência é um dos pilares da responsabilidade na gestão fiscal, sendo assegurada mediante o incentivo à participação popular e a ampla divulgação de instrumentos de planejamento e controle. De acordo com o Capítulo IX da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), assinale a alternativa que apresenta um item que NÃO integra o rol de instrumentos de transparência aos quais deve ser dada ampla publicidade, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

- (A) Os planos, os orçamentos e as leis de diretrizes orçamentárias, bem como as respectivas versões simplificadas desses documentos.
- (B) As prestações de contas e o respectivo parecer prévio emitido pelo órgão de controle externo competente.
- (C) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF).
- (D) O Plano de Integridade Institucional e o cronograma de capacitação das unidades de controle interno e correição.
- (E) As informações pormenorizadas, em tempo real, sobre a execução orçamentária e a financeira, em meios eletrônicos de acesso público.

57

No processo de execução orçamentária do IFCE, a correta codificação das despesas é indispensável para a fidedignidade dos relatórios de gestão e para o controle social. A estrutura do orçamento público brasileiro organiza a despesa sob diferentes dimensões para responder a perguntas específicas sobre a alocação de recursos. Considerando a estrutura vigente, assinale a alternativa que define corretamente a finalidade da classificação Funcional-Programática e a Natureza da Despesa.

- (A) A classificação Funcional-Programática identifica a finalidade da ação governamental e o programa de trabalho ao qual o gasto está vinculado; a natureza da despesa identifica a categoria econômica e o objeto do gasto.
- (B) A classificação funcional-programática identifica o credor ou fornecedor do bem ou serviço; a natureza da despesa identifica o *campus* ou a unidade administrativa responsável pela execução.
- (C) A classificação funcional-programática identifica a fonte de recursos e o identificador de uso; a natureza da despesa identifica a função de governo e a subfunção orçamentária.
- (D) A classificação funcional-programática identifica o elemento de despesa e o subelemento; a natureza da despesa identifica as metas físicas e os indicadores estabelecidos no PPA.
- (E) A classificação funcional-programática identifica o estágio da despesa (empenho, liquidação ou pagamento); a natureza da despesa identifica a fase da receita correspondente (previsão ou lançamento).

58

No mês de novembro, a Reitoria de um instituto federal de educação avalia a celebração de um contrato para prestação de serviços contínuos, cujas obrigações financeiras se estenderão pelo exercício subsequente. A unidade de controle interno adverte a gestão sobre as restrições impostas pela Lei Complementar nº 101/2000 para o encerramento do mandato e do exercício. De acordo com o art. 42 da LRF, assinale a alternativa que apresenta a orientação técnica que deve ser observada pelo ordenador de despesa.

- (A) É permitida a assunção de novas obrigações, desde que os empenhos correspondentes sejam inscritos em Restos a Pagar Não Processados, independentemente da existência de saldo financeiro em conta única.
- (B) A obrigação de despesa pode ser assumida mediante a simples estimativa de aumento de arrecadação para o exercício seguinte, dispensando-se o lastro financeiro no momento da contratação.
- (C) A exigência de disponibilidade de caixa é mitigada caso a liquidação da despesa seja postergada para o segundo semestre do exercício subsequente, descaracterizando a obrigação imediata.
- (D) É vedado contrair obrigação de despesa nos últimos dois quadrimestres do exercício que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja disponibilidade de caixa suficiente para sua cobertura.
- (E) O gestor pode contrair a obrigação livremente, condicionando a regularização da suficiência financeira apenas ao momento da prestação de contas anual ao Tribunal de Contas da União.

59

O Instituto Federal do Ceará celebrou um contrato de prestação de serviços de limpeza e conservação com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Durante a vigência contratual, sobreveio a celebração de convenção coletiva de trabalho que estabeleceu um novo piso salarial para a categoria profissional envolvida, impactando diretamente a estrutura de custos da contratada. A empresa protocolou pedido de recomposição de preços acompanhado da memória de cálculo correspondente. Com base nas normas que regem a gestão de contratos e o equilíbrio econômico-financeiro, assinale a alternativa que apresenta o procedimento técnico correto.

- (A) Aplicar o reajustamento em sentido estrito, utilizando o índice de preços geral (como IPCA ou IGPM) previsto no edital, uma vez que toda variação de custos deve ser mitigada por índices inflacionários.
- (B) Formalizar o pleito por meio de repactuação, mediante a demonstração analítica da variação dos componentes da planilha de custos e formação de preços, condicionada à comprovação do novo fato gerador.
- (C) Indeferir o pedido de plano, sob o argumento de que a variação dos custos salariais decorrentes de normas coletivas configura risco ordinário e exclusivo da contratada, não autorizando a alteração do valor contratual.
- (D) Conceder o reequilíbrio econômico-financeiro (revisão) de forma automática e por apostilamento, visto que a existência de convenção coletiva possui fé pública e dispensa a instrução processual ou análise de planilha.
- (E) Autorizar a celebração de termo aditivo de acréscimo de valor por conveniência administrativa, fundamentando a decisão exclusivamente no princípio da continuidade do serviço público, independentemente de análise técnica de custos.

60

No âmbito da execução de um contrato de prestação de serviços de manutenção predial em um instituto federal de educação, o fiscal técnico identificou que o objeto foi executado apenas parcialmente no período de referência, constatando divergência quantitativa entre o serviço efetivamente entregue e o constante na medição apresentada pela empresa. A contratada solicitou o atesto e o pagamento integral da fatura, alegando o compromisso de regularizar as pendências no ciclo subsequente. Com base nas normas de Direito Financeiro e nas prerrogativas da Administração Pública, qual conduta é mais adequada para a gestão e fiscalização do contrato?

- (A) Proceder ao atesto integral da nota fiscal para evitar a descontinuidade do fluxo de caixa da contratada, pactuando ajustes compensatórios por meio de glosa no faturamento do mês seguinte.
- (B) Realizar o atesto proporcional apenas à parcela do objeto efetivamente executada, registrar a desconformidade no relatório de fiscalização e condicionar o pagamento do remanescente à efetiva regularização do serviço.
- (C) Efetuar o atesto integral da fatura e, concomitantemente, aplicar sanção de multa moratória, considerando que a penalidade pecuniária substitui a necessidade de correção física do objeto contratado.
- (D) Autorizar o pagamento integral do valor medido e instaurar, de ofício, processo de reequilíbrio econômico-financeiro (revisão), sob o argumento de que divergências na execução configuram fatos imprevisíveis.
- (E) Declarar a rescisão unilateral imediata do ajuste e a caducidade do contrato, uma vez que qualquer divergência quantitativa na medição constitui inadimplemento absoluto e impeditivo à continuidade contratual.

